

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária José Saramago - Mafra
Circulo: Lisboa
Sessão: Distrital

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

A República faz anos... E faz cem!

A 5 de Outubro de 1910, impulsionada pelos ideais de liberdade, igualdade, justiça e democracia, é hasteada a bandeira da República. No ano do centenário é imperativo reflectir sobre o que foi feito e o muito que há ainda para fazer. Portanto... Vamos ao debate!

Com a República o ensino primário tornou-se gratuito e obrigatório. Esse relevo dado permanece na Constituição de 1976 no artigo 74º e) “Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino”. O peso dos manuais no orçamento familiar é muito significativo apesar das propinas serem reduzidas e dos apoios sociais. Os alunos carenciados são ajudados mas há famílias não abrangidas pelos actuais escalões. Por isso, pensamos que a gratuidade do ensino deverá aplicar-se aos manuais. Estes devem sofrer remodelações para que os exercícios sejam resolvidos no caderno do aluno, reforçando o seu trabalho com exercícios entregues em fotocópias ou disponibilizados na plataforma Moodle, criando um incentivo para o aluno, maior autonomia na utilização do manual e na criação dos seus apontamentos.

A República considerou o voto uma das forças da soberania da Nação e, nesse sentido, propomos um reforço da sua prática. Temos assistido em Portugal, nos últimos anos, a um aumento preocupante da abstenção. Verificou-se, nas Legislativas '09 e nas Presidências de '06, uma taxa de abstenção de 40% e 38% respectivamente. Com o intuito de diminuir a abstenção, propomos o alargamento do período de votação para 2 dias. Deste modo, os eleitores que se encontrem impossibilitados durante o 1º dia do período de voto (por motivo de doença, impossibilidade de transporte ou outros) poderão votar no segundo dia do período eleitoral. Para facilitar a votação seria pertinente implementar o voto antecipado, permitindo a deslocação de eleitores que não possam comparecer nos dias calendarizados para o efeito, permitindo o voto sigiloso na semana anterior. Este ficará em segurança sendo somado aos restantes votos e escrutinado conjuntamente, garantindo-se o anonimato. Propomos ainda a implementação de uma “urna móvel” que recolha os votos dos eleitores impossibilitados por estarem em lares, hospitais, prisões, etc.

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Muitos de nós, alunos do secundário, seremos eleitores nas próximas eleições presidenciais '11 e certamente todos o seremos já nas próximas Legislativas e Autárquicas. Assim, é do maior interesse criar bases para um maior compromisso na relação eleitor/eleito. Quando o eleitor exerce o seu direito de voto está a eleger um candidato em que acredita. Propomos que um candidato eleito seja impedido de se candidatar a outro cargo. Caso o faça está a defraudar a confiança em si depositada pois esta prática afecta a credibilidade do voto e desmotiva o eleitorado.

Porque acreditamos que o candidato eleito deverá respeitar os seus compromissos, defendemos o cumprimento obrigatório de pelo menos 3/4 do mandato antes duma candidatura a outro cargo. Relativamente ao cargo de Presidente da República consideramo-lo situação de excepção devendo o mandato ser sempre cumprido até ao fim. Neste caso os políticos já eleitos terão o direito a candidatar-se a este alto cargo. Assim, poderemos encontrar o caminho para “uma república moderna, mais eficiente e ainda mais democrática

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Em prol do ensino público propomos a gratuidade dos manuais nos diversos graus de ensino, do básico ao secundário, para famílias de baixo e médio rendimento. No caso dos alunos de famílias com menores rendimentos e que já beneficiem de apoios, estes devem ser alargados. No caso dos alunos de famílias com médios rendimentos, estes devem ser apoiados.

Os manuais serão devolvidos à escola no final de cada ano lectivo para serem novamente cedidos nos anos seguintes. No caso das disciplinas com exame, que abranja matéria de mais de um ano lectivo, os livros só deverão ser devolvidos após a conclusão do exame. Como os manuais são adoptados por um período de seis anos podem cumprir vários ciclos.

2. Para lutar contra a abstenção crescente que se tem feito sentir, propomos o alargamento do período de voto e a possibilidade de votar antecipadamente, caso o cidadão não possa comparecer na sua assembleia de voto durante o período eleitoral;

Propomos também a criação de uma urna móvel para quem esteja fisicamente incapacitado de se dirigir ao local de voto por se encontrar longe da sua área ou impedido de se deslocar (no caso de lares, hospitais, prisões, etc.).

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Desta forma o acto eleitoral torna-se mais acessível e facilitado.

3. Para reforçar a confiança na relação eleitor/eleito propomos que seja impedido de se candidatar a outro cargo um político já eleito anteriormente (ex: deputado, autarca ou eurodeputado) sem que tenha cumprido pelo menos 3/4 do seu mandato. As expectativas do eleitor não seriam defraudadas e a relação democrática ganharia transparência . A excepção seria para a candidatura à Presidência da República, o mais alto cargo da Nação.